

O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia

Luis Felipe Miguel

John B. Thompson – *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia.*

Trad. de Pedrinho A. Guareschi.

Petrópolis: Vozes, 2002.

Um dos principais estudiosos contemporâneos do impacto social dos meios de comunicação eletrônicos, o inglês John B. Thompson, ressurge nas livrarias brasileiras com *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Além da 'grife' que o nome do autor representa – *Ideologia e cultura moderna*, publicada entre nós também pela Vozes, é uma das obras centrais de qualquer bibliografia sobre mídia e sociedade –, o livro chega recomendado como vencedor de um importante prêmio europeu de ciências sociais, o Amalfi. Talvez por isso, a despeito de suas várias qualidades, ele deixe um travo de decepção no leitor.

O propósito de Thompson é estudar o fenômeno do escândalo político levando a sério sua importância: não se trata, como muitos comentadores tendem a pensar, de algo que se restringe à periferia do mundo político. Em nos-

sas sociedades midiáticas, o escândalo é (ou ao menos pode ser) um evento central, já que “afeta as fontes concretas do poder” (p. 23) – pois o poder, nos regimes democráticos eleitorais, submetidos à pressão da “opinião pública”, está ligado à reputação. Além disso, hoje, o escândalo se torna quase onipresente. Não por conta de uma pretensa redução da qualidade dos líderes políticos, mas por causa das transformações de sua visibilidade pública (p. 141). Houve a fantástica expansão da mídia e também, de acordo com o autor, uma mudança na cultura jornalística nas décadas de 1960 e 1970, quando uma “renovada ênfase na reportagem investigativa” rompeu as barreiras que impediam a divulgação de determinados segredos de poder (p. 145).

A partir daí, o sociólogo inglês apresenta duas contribuições principais. A

primeira é a construção de uma taxonomia dos escândalos políticos. Eles podem ser escândalos *sexuais*, escândalos *financeiros* ou escândalos *de poder* – o que os caracteriza como *políticos*, portanto, não é a natureza da transgressão cometida, mas os efeitos que produzem. Uma relação amorosa ilícita pode ou não se tornar escandalosa; tornando-se escandalosa, só ganha caráter político se afetar a trajetória de indivíduos que ocupam ou disputam posições de comando na sociedade. O mesmo vale para delitos financeiros (corrupção, desvio de verbas). Já os escândalos de poder propriamente ditos envolvem o abuso de autoridade por parte de funcionários públicos; são, em princípio, um tipo de escândalo específico da esfera política (embora possam ocorrer em qualquer organização hierarquizada).

Os principais exemplos de “escândalos sexuais na esfera política”, como Thompson prefere dizer, são o caso Profumo, na Inglaterra dos anos 1960, quando o ministro da Guerra se envolveu com uma jovem dançarina (que, por sinal, também era amante de um adido militar soviético), e a ligação do presidente Bill Clinton com a estagiária Monica Lewinsky, nos Estados Unidos dos anos 1990. Ambos incluíram elementos de abuso de poder. A diferença é que o conceito de Thompson, ao contrário de outros, que ele critica (pp. 126-7), reconhece plenamente o caráter *político* de escândalos sem este elemento, como o que li-

quidou, em 1988, a campanha presidencial de Gary Hart. Depois de algumas negativas do candidato, a imprensa expôs seu caso extramatrimonial e ele renunciou – não houve nada que indicasse abuso de autoridade, mas os efeitos políticos foram claros.

Mas a taxonomia de Thompson não está isenta de problemas. O próprio autor reconhece que ela não é exaustiva, embora tenda, no texto, a tratá-la como tal. Em alguns momentos, os exemplos adotados contradizem as definições fornecidas: a classificação de casos de assédio sexual como “escândalos sexuais” (p. 186) não se sustenta, já que o ponto central não é a relação ilícita, mas o abuso de autoridade – são, portanto, “escândalos de poder”. O principal problema, porém, é que, uma vez enunciadas, suas categorias se mostram estéreis. Thompson dedica um capítulo a cada uma delas, mas não apresenta mais do que uma compilação de casos famosos (e outros nem tanto): Profumo, Watergate, Irã-Contras, Whitewater, Clinton-Lewinsky etc. Ou seja: não parece haver nada que diferencie os mecanismos de funcionamento dos escândalos sexuais, financeiros e de poder. Todos seguem um *script* similar; apenas o motivo desencadeador difere.

A segunda contribuição do livro é mais significativa: a idéia de “transgressões de segunda ordem”. Ele mostra, em seus muitos exemplos, que um componente freqüente da dinâmica do escândalo político é que a busca do en-

cobrimento do delito inicial gera novas transgressões, em geral mais graves. O *affair* de John Profumo com Christine Keeler certamente não contribuiria para sua carreira, num Reino Unido que ainda não deglutira por inteiro os novos padrões da moral sexual, mas o determinante para sua queda foi a revelação de que ele mentira ao Parlamento ao negar o caso. Nixon se complicou mais com a rede de negativas e obstrução à investigação do que com a denúncia da espionagem ao Partido Democrata; e o mesmo vale, ainda mais, para Bill Clinton, cuja imagem mal foi arranhada pelo relacionamento com Monica Lewinsky, mas que esteve à beira do *impeachment* por conta da acusação de mentir à justiça.

Além, ou ao lado, destas contribuições principais, *O escândalo político* apresenta, em muitos momentos, bons *insights*, em que brilha o talento sociológico de Thompson. Ele observa, por exemplo, “o gradual declínio da *política ideológica* e a crescente importância da *política de confiança*”, relacionando-os com a preeminência atual do escândalo na esfera política (pp. 146-7); em seguida, indica que o “fator de risco de escândalo” já é examinado corriqueiramente, pelos partidos políticos, na hora de escolherem seus candidatos a cargos públicos (p. 151). Em outro ponto, discute o papel da hipocrisia, como componente central de muitos escândalos, nos quais o mais grave não é tanto a transgressão de

uma norma social compartilhada, mas a contradição entre as ações descobertas e a imagem pública daquela personagem – como o chefe de uma cruzada moral flagrado em adultério (p. 42).

Mas por vezes, em meio ao texto, o sociólogo surpreende seus leitores com digressões que nada acrescentam à argumentação desenvolvida ou afirmações banais, feitas em tom algo empolado, que adquirem ares de revelações – vícios que já apareciam em obras anteriores, mas que ganham mais peso em *O escândalo político*. É o caso da discussão sobre a etimologia da palavra “escândalo”, enxerto erudito dispensável; ou de frases como “os escândalos midiáticos normalmente se estendem por um período de tempo que é sempre mais que um dia e que pode durar semanas, meses ou até mesmo anos, mas não pode durar indefinidamente” (p. 102), mera formalização do óbvio.

O que realmente frustra o leitor, no entanto, é a promessa não cumprida do livro. Em vários momentos, Thompson recorre às categorias elaboradas por Pierre Bourdieu – em especial “campo político” e “capital simbólico” –, nelas reconhecendo ferramentas úteis para a compreensão de seu tema. De fato, como o próprio autor chega a apontar, o aprofundamento da discussão sobre o significado do escândalo na política contemporânea passaria por dois caminhos, aliás interligados: as relações entre o campo jornalístico e o campo político, por um

lado, e o peso da visibilidade pública na construção do capital político, por outro. Além disso, influenciado pela obra seminal de Joshua Meyrowitz, através da qual chegou a Goffman, Thompson desenvolve, desde *Ideologia e cultura moderna*, a idéia de que a mídia reduz o controle que todos nós, mas sobretudo pessoas públicas como os líderes políticos, temos sobre a 'retaguarda' de nossas vidas, isto é, as áreas que deveriam estar livres do escrutínio dos outros.

Assim, ele se apresenta perfeitamente equipado, do ponto de vista das categorias que maneja, para avançar na construção de um modelo de análise mais complexo e sofisticado para o escândalo político. Um modelo que fosse capaz de abranger a relação complexa, de complementaridade e de tensão, entre os campos político e jornalístico. Mas não o faz. Em vez disso, opta pela enumeração algo anedótica de diversos episódios da vida política recente ou remota da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, tentando, talvez, compensar com a riqueza

za das abonações a fragilidade de sua taxonomia. O fracasso em gerar um modelo analítico mais sofisticado se reflete sobretudo no capítulo conclusivo, que se propõe discutir as consequências do escândalo. Após uma estimulante e imaginativa reconstrução de quatro percepções principais sobre as consequências dos escândalos, Thompson limita-se a uma coda anticlimática, em que repete velhos lamentos sobre a paralisia do governo e a disseminação da desconfiança em relação à política democrática.

A edição brasileira, além disso, é prejudicada pela tradução. O texto em português é deselegante, muitas vezes truncado, repleto de anglicismos, com inúmeros erros de sintaxe e mesmo de ortografia: por exemplo, a palavra "Irã" é sistematicamente grafada "Iran"; democratas cristãos viram "Cristão Democratas" (p. 242); a Casa Branca temia que um consultor independente se tornasse um "olofote" sobre o caso Whitewater (p. 238) e assim por diante. Thompson e seus leitores mereciam mais respeito.

Luis Felipe Miguel

Professor do Departamento de Ciência Política da UnB e pesquisador do CNPq